



# **Demonstrações Financeiras**

**COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS**

**Dezembro de 2024**



## Sumário

1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	03
2. Relatório da administração	06
3. Balanço Patrimonial	07
4. Demonstrações de Resultados	08
5. Demonstrações dos fluxos de caixa	09
6. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido	10
7. Demonstração do Resultado Abrangente	11
8. Demonstração do Valor Adicionado	12
9. Notas Explicativas	13



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Aos Acionistas e Administradores da  
**Companhia Minuano de Alimentos**  
Lajeado – RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Minuano de Alimentos (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Minuano de Alimentos em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)*.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 1.3, a qual indica que, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 440.349 mil (R\$ 467.805 mil em 31 de dezembro 2023) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 260.767 mil (negativo R\$ 286.178 mil em 31 de dezembro 2023). O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 380.402 mil (R\$ 381.833 mil em 31 de dezembro de 2023).

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras



A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei



ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1

Romeu Sabino da Silva  
Contador CRC 1RS-071.263/O-0



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Mensagem aos Acionistas,

Em conformidade com o disposto no estatuto social e legislação vigente submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente e as disposições da comissão de valores mobiliários.

Lajeado, 27 de março de 2025.

A Administração.



## Companhia Minuano de Alimentos

### Balço Patrimonial

Para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	NE	31/12/2024	31/12/2023		NE	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	379	291	Fornecedores		18.476	18.309
Contas a receber	5	61.485	57.076	Salários e encargos sociais a pagar	13	15.932	16.500
Estoques	6	22.178	16.087	Empréstimos e financiamentos		-	274
Adiantamentos a fornecedores		340	671	Arrendamentos a pagar	14	1.727	1.343
Impostos a recuperar	7	19.573	17.963	Adiantamento de clientes		18.298	14.657
Outros ativos	8	106.638	85.536	Obrigações tributárias	15	517.072	497.271
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>210.593</b>	<b>177.624</b>	Parcelamentos	16	4.865	5.227
				Impostos diferidos	17	902	902
<b>Ativo Não Circulante</b>				Outros passivos	18	13.723	4.974
Depósitos judiciais	20	4.044	5.214	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>590.995</b>	<b>559.457</b>
Partes relacionadas	19	11.648	10.536	<b>Passivo Não Circulante</b>			
Outros ativos	8	1	2.682	Partes relacionadas	19	5.260	5.260
Impostos a recuperar	7	334	266	Empréstimos e financiamentos		-	163
Propriedade para investimento	9	18.750	22.472	Arrendamentos a pagar	14	5.318	5.687
Imobilizado	10	128.454	105.882	Parcelamentos	16	18.520	22.943
Direito de uso	11	5.710	6.318	Impostos diferidos	17	14.737	16.071
Intangível	12	578	299	Provisão para contingências	20	6.049	7.890
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>169.519</b>	<b>153.669</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>49.884</b>	<b>58.014</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>			
				Capital social	21	139.227	139.227
				Ajuste de avaliação patrimonial	21	34.115	36.160
				Prejuízo acumulado	21	(440.349)	(467.805)
				Reserva de incentivos fiscais	21	6.240	6.240
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(260.767)</b>	<b>(286.178)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>380.112</b>	<b>331.293</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>380.112</b>	<b>331.293</b>



## Companhia Minuano de Alimentos

### Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	NE	31/12/24	31/12/23
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>354.888</b>	<b>368.066</b>
Custos operacionais	25	(261.122)	(272.910)
<b>Lucro bruto</b>		<b>93.766</b>	<b>95.156</b>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	26	(17.951)	(17.376)
Com vendas	27	(16.128)	(20.247)
Outras despesas operacionais	28	(22.533)	(23.620)
Outras receitas operacionais	29	9.945	12.487
Total despesas operacionais		(46.667)	(48.756)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>47.099</b>	<b>46.400</b>
Despesas financeiras	30	(38.955)	(41.755)
Receitas financeiras	31	21.449	15.304
Total do resultado financeiro		(17.506)	(26.451)
<b>Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social</b>		<b>29.593</b>	<b>19.949</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.424	3.085
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.606)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>25.411</b>	<b>23.034</b>
<b>Lucro diluído por ação - R\$</b>		<b>0,10534</b>	<b>0,09548</b>



## Companhia Minuano de Alimentos

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/24	31/12/23
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>25.411</b>	<b>23.034</b>
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	8.446	10.638
Provisão (reversão) para riscos de créditos	95	761
Juros e encargos sobre empréstimos e arrendamentos	1.049	68
Juros e encargos financeiros c/ partes relacionadas	-	129
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.424)	(3.085)
Baixa de bens do imobilizado e intangível	1.933	90
Provisão para contingências	(2.041)	(6.998)
Atualização de passivos tributários	21.425	27.121
Provisão para perda (Impairment)	2.668	11.312
	<b>57.562</b>	<b>63.070</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(4.504)	(3.348)
Estoques	(6.091)	(6.819)
Impostos a recuperar	(1.678)	(4.905)
Adiantamento a fornecedores	331	302
Outros ativos	(18.154)	(21.955)
Depósitos judiciais	1.170	1.361
Fornecedores	167	3.598
Obrigações tributárias	(6.409)	(10.785)
Salários e encargos sociais a pagar	(568)	1.083
Adiantamento de clientes	3.641	2.967
Obrigações judiciais	(2.566)	(8.255)
Outras obrigações	11.320	726
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>34.221</b>	<b>17.040</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de imobilizados	(34.404)	(19.395)
Aquisições de intangíveis	(366)	(51)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(34.770)</b>	<b>(19.446)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Variação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(414)	83
Contraprestação de arrendamentos a pagar	2.163	(346)
Variação com partes relacionadas	(1.112)	2.811
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>637</b>	<b>2.548</b>
<b>Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>88</b>	<b>142</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	291	149
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	379	291
<b>Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>88</b>	<b>142</b>



## Companhia Minuano de Alimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>139.227</b>	<b>37.107</b>	-	<b>6.240</b>	<b>(491.786)</b>	<b>(309.212)</b>
Realização de avaliação patrimonial	-	(947)	-	-	947	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.034	23.034
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>139.227</b>	<b>36.160</b>	-	<b>6.240</b>	<b>(467.805)</b>	<b>(286.178)</b>
Realização de avaliação patrimonial	-	(2.045)	-	-	2.045	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.411	25.411
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>139.227</b>	<b>34.115</b>	-	<b>6.240</b>	<b>(440.349)</b>	<b>(260.767)</b>



	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
<b>Companhia Minuano de Alimentos</b>		
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>		
<b>Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023</b>		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		
Lucro líquido do exercício	25.411	23.034
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	25.411	23.034



<b>Companhia Minuano de Alimentos</b>		
<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>		
<b>Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023</b>		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		
	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
<b>Receitas</b>	<b>377.746</b>	<b>390.004</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	368.332	385.107
Outras receitas	9.509	5.658
(Provisão) Reversão para riscos de créditos	(95)	(761)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(167.733)</b>	<b>(180.300)</b>
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(138.142)	(145.194)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.591)	(35.106)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>210.013</b>	<b>209.704</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(8.446)</b>	<b>(10.656)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>201.567</b>	<b>199.048</b>
<b>Valor adicionado recebido por transferência</b>	<b>5.839</b>	<b>6.320</b>
Receitas Financeiras	5.193	(624)
Outras	646	6.944
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>207.406</b>	<b>205.368</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>207.406</b>	<b>205.368</b>
<b>Remuneração do Trabalho</b>	<b>138.853</b>	<b>139.063</b>
Remuneração direta	114.162	115.189
Benefícios	18.391	17.329
FGTS	6.300	6.545
<b>Remuneração do Governo</b>	<b>20.233</b>	<b>17.397</b>
Federais	12.016	7.727
Estaduais	8.217	9.670
<b>Remuneração Capitais de Terceiros</b>	<b>22.909</b>	<b>25.874</b>
Juros	22.909	25.874
Outros	-	-
<b>Remuneração de capitais próprias</b>	<b>25.411</b>	<b>23.034</b>
Lucro líquido do exercício	25.411	23.034
Participações de minoritários	-	-



## COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 1 - Contexto operacional

#### 1.1 - Atividades desenvolvidas

A Companhia Minuano de Alimentos, doravante tratada como “Minuano”, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

#### 1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Minuano foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minuano entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 15 e 16), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

#### 1.3 - Continuidade operacional

Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia havia acumulado prejuízos no montante de R\$ 440.349 (R\$ 467.805 em 31 de dezembro 2023), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 260.767 (negativo R\$ 286.178 em 31 de dezembro 2023). O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 380.402 (381.833 em 31 de dezembro de 2023).

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	<u>Período de Adesão</u>	<u>Dívida Parcelada</u>	<u>Saldo em 31/12/24</u>
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	83.843	11.406
Parcelamento - PERT	2017	47.276	7.865
	<b>Total</b>	<b>131.119</b>	<b>19.271</b>

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo.

A manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS).

As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.



O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

#### **1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras elaboradas pela administração, foram devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, e sua divulgação foi autorizada pela diretoria Executiva no dia 27 de março de 2025.

### **2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras do exercício de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

### **3 - Resumo das principais práticas contábeis**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

#### **3.2 Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

#### **3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa



de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.4 Instrumentos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Propriedades para investimentos (nota 9)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.6 Contas a receber**



As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

### **3.8 Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes, e também por retenções na fonte.

### **3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.10 Propriedades para investimentos**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

### **3.11 Imobilizado**

De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,00% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil



seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **3.12 Direito de Uso**

Em virtude do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional durante o período de vigência do contrato.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis, e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa de juros incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, todavia, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido junto ao respectivo fornecedor.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Arrendamentos a Pagar” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Direito de Uso” no Balanço Patrimonial das demonstrações financeiras.

### **3.13 Intangível**

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através da análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.



### **3.14 Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício a Companhia, revisa o valor contábil de seus ativos, tais como, propriedade para investimentos, ativos tangíveis e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.15 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procede à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

### **3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

### **3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços**

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e



(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

### **3.20 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### **3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis**

As políticas contábeis que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### **3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

### **3.23 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

A Companhia analisou as novas normas contábeis bem como alterações nas normas vigentes, e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que ainda não estejam vigentes. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;
- IFRS S2 - Requisitos de divulgação relacionados ao clima, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;
- Alteração na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025;
- Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 - Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027;



Em relação às melhorias anuais ao IFRS - Volume 11, a adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026:

- IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas;
- IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto material nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia.

### 3.23.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2024, foram:

- Alteração ao IFRS 16 - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*;
- Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como “Circulante” ou “Não Circulante”;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação às alterações supracitadas, a Companhia não identificou nenhum impacto que viesse a alterar sua divulgação em se tratando de adoção ou interpretação das novas normas, visto que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não são aplicáveis à Companhia.

## 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/24	31/12/23
Caixa	19	15
Bancos - conta corrente	360	276
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>291</b>

## 5 - Contas a receber

	31/12/24	31/12/23
Mercado interno	51.310	54.688
Mercado externo	14.277	6.395
(-) Provisão para perdas esperadas	(4.102)	(4.007)
<b>Total</b>	<b>61.485</b>	<b>57.076</b>



<b>Vencidos</b>	<b>31/12/24</b>		<b>31/12/23</b>	
Até 30 dias	3.220	5%	12.458	22%
De 31 a 60 dias	295	0%	216	0%
De 61 a 90 dias	308	1%	219	0%
De 91 a 120 dias	134	0%	1	0%
De 121 a 150 dias	6	0%	18	0%
De 151 a 180 dias	-	0%	3	0%
Acima de 180 dias	4.102	7%	4.007	7%
<b>Sub-total</b>	<b>8.065</b>	<b>13%</b>	<b>16.922</b>	<b>29%</b>
<b>À vencer</b>				
Até 30 dias	31.357	51%	25.462	45%
De 31 a 60 dias	22.413	36%	18.699	33%
De 61 a 90 dias	3.752	7%	-	0%
<b>Sub-total</b>	<b>57.522</b>	<b>94%</b>	<b>44.161</b>	<b>78%</b>
Provisão para perda esperada	(4.102)	-7%	(4.007)	-7%
<b>Total</b>	<b>61.485</b>	<b>100%</b>	<b>57.076</b>	<b>100%</b>

## 6 - Estoques

	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
Produtos prontos	3.829	2.560
Produtos em elaboração	48	84
Matérias primas	5.626	4.913
Materiais de embalagem	1.861	1.800
Materiais de manutenção	10.814	6.730
Estoque em poder de terceiros	-	-
<b>Total</b>	<b>22.178</b>	<b>16.087</b>

## 7 - Impostos a recuperar

	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
IRRF a recuperar	3	3
IRPJ e CSLL a recuperar	88	838
PIS e COFINS a recuperar	9.331	3.371
ICMS a recuperar (a)	3.905	2.995
ICMS a recuperar - Imobilizado	520	751
Crédito de Exportação (Reintegra)	1.324	1.282
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS	4.402	4.192
INSS a Compensar	-	4.531
<b>Circulante</b>	<b>19.573</b>	<b>17.963</b>
ICMS a Recuperar - Imobilizado	334	266
<b>Não Circulante</b>	<b>334</b>	<b>266</b>

a) O aumento na rubrica de Pis e Cofins a recuperar está relacionado ao trabalho de recuperação de créditos tributários, cujos reflexos são apresentados na nota explicativa nº 29 - Outras receitas operacionais.

## 8 - Outros ativos



	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Consórcios contemplados	-	203
Despesas antecipadas	760	558
Numerários em trânsito (a)	103.496	78.066
Trava Cambial (b)	-	4.594
Minupar Participações S/A (c)	3.786	3.786
( - ) Provisão para perda (Impairment) (d)	(1.404)	(1.671)
<b>Circulante</b>	<b>106.638</b>	<b>85.536</b>
Outros	2.410	5.091
( - ) Provisão para perda (Impairment) (e)	(2.409)	(2.409)
<b>Não Circulante</b>	<b>1</b>	<b>2.682</b>

a) A rubrica “numerários em trânsito” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio). A prática adotada pela Companhia para conversão destes recebíveis é superior a 90 dias, e os valores estão apresentados de forma detalhada na nota explicativa nº 23 - Instrumentos Financeiros.

b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de parte de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2024 o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 - Outros passivos. Neste período, a Companhia detinha 46 contratos de trava cambial que totalizavam \$ 15.809 dólares.

Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão apresentadas neste relatório, através da nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

c) A controladora Minupar Participações S.A. firmou acordo judicial nos autos dos processos de execução nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado - RS. Tais processos foram ajuizados pela empresa Dohler S.A. baseados em parcial inadimplemento de Instrumento de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos de Crédito Tributário datado de 21/11/2008.

Durante o trâmite dos referidos processos, as partes chegaram a firmar um acordo prevendo, entre outros pontos, a subscrição de 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas da Minupar Participações S.A. para a Dohler S.A., porém, essa última passou a discutir a validade deste acordo, ponto que também foi objeto de decisão judicial.

Em resumo, a sentença da 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS foi de parcial procedência aos embargos à execução da Companhia, declarando a validade do acordo firmado, no entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou integralmente a sentença, declarando ineficaz o acordo discutido e, por consequência, determinando a devolução das ações até então de posse da Dohler S.A. para a Minuano.

Apesar da Companhia ter prosseguido com os recursos cabíveis visando alterar a decisão, paralelamente buscou compor o débito em discussão e obteve êxito no acordo. As partes acordaram com um prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, o qual foi integralmente liquidado, e a Dohler cedeu à Companhia Minuano as 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A, em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio do acordo judicial anterior. O valor considerado nas ações foi o nominal da época de sua dação em pagamento, qual seja, R\$ 3.786 mil, sendo que este efeito está destacado na nota explicativa nº 29 - Outras receitas operacionais.



Importa esclarecer que a Minupar Participações S.A. não figurou como parte das referidas demandas judiciais, pelo que não foi possível a restituição direta dos títulos à Minupar. Logo, a Companhia Minuano passou a ser, temporariamente, titular das ações transacionadas no citado acordo judicial.

No mês de maio de 2023 a Companhia encaminhou consulta formal à CVM, diante do disposto no artigo 244 da Lei 6.404/76 que veda a participação recíproca entre a Minupar e suas controladas. Em 20/12/2023 foi recebido o retorno definitivo da CVM, que concluiu que as ações foram regularmente emitidas e que a transferência das ações pela Döhler à Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar, não se caracteriza como uma operação de aquisição de ações de controladora por controlada, vedada pela legislação, com isso, não se verifica impedimento para que a Companhia Minuano de Alimentos efetue a negociação destas ações no mercado.

Importante citar que, considerando o total adimplemento do acordo, todos os processos foram extintos e arquivados definitivamente no exercício de 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da Companhia e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração.

d) Os valores registrados como provisão para perda, referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica “Minupar Participações S.A.”, considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.

e) O montante reconhecido na rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0 referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, tendo em vista que restaram infrutíferas as tentativas de acordo, fazendo com que o pagamento do débito esteja relacionado à decisão do Juízo Recuperacional, enquanto vigente o plano de pagamento da recuperação judicial da devedora.

## 9 - Propriedades para investimentos

A Companhia possui os seguintes saldos de propriedades para investimentos:

Grupo	31/12/24			31/12/23		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(8.264)	16.234	24.498	(7.910)	16.588
Máquinas e equipamentos	11.391	(8.575)	2.816	11.391	(8.149)	3.242
Outros	290	(251)	39	290	(244)	46
( - ) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(5.146)	-	(5.146)
<b>Total</b>	<b>35.840</b>	<b>(17.090)</b>	<b>18.750</b>	<b>38.775</b>	<b>(16.303)</b>	<b>22.472</b>

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2024 são contabilizados a valor de custo.

### Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação feita através de cotações junto a corretores de imóveis, e nesta análise não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e identificou-se a necessidade de reconhecer ajuste pela redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2.935, destes, R\$ 2.475 é pertinente a Granja São Rafael, localizada no município de Cruzeiro do Sul/RS e R\$ 460 é pertinente ao complexo industrial localizado no município de Jaraguá do Sul/SC.



A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Transf.	Saldo em
	31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	Impairment		31/12/24
Terrenos	7.742	-	-	-	-	-	7.742
Obras civis	16.588	-	-	(354)	-	-	16.234
Máquinas e equipamentos	3.242	-	-	(426)	-	-	2.816
Outros	46	-	-	(7)	-	-	39
( - ) Impairment	(5.146)	-	-	-	(2.935)	-	(8.081)
<b>Total</b>	<b>22.472</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(787)</b>	<b>(2.935)</b>	<b>-</b>	<b>18.750</b>

## 10 - Imobilizado

A Companhia possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/12/24			Taxas	31/12/23		
		Custo	Deprec.	Líquido		Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	97.402	(31.974)	65.428	2,00% - 5,00%	83.475	(30.757)	52.718
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	81.249	(45.883)	35.366	3,33% - 11,11%	69.415	(44.705)	24.710
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	4.337	(1.773)	2.564	4,76% - 20,00%	3.761	(1.654)	2.107
Computadores	5,56% - 20,00%	2.648	(1.429)	1.219	5,56% - 20,00%	2.555	(1.352)	1.203
Veículos	7,14% - 10,00%	990	(795)	195	7,14% - 10,00%	990	(760)	230
Imobil. em Andamento	-	8.089	-	8.089	-	9.321	-	9.321
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		<b>210.322</b>	<b>(81.868)</b>	<b>128.454</b>		<b>185.124</b>	<b>(79.242)</b>	<b>105.882</b>

Em 2023 a Companhia contratou uma empresa especializada em trabalho de levantamento patrimonial, cujo intuito foi regularizar as bases de informações com o acervo físico de bens existentes e em situação adequada para uso. Além disso, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens. O trabalho supracitado foi concluído e formalizado através de laudo emitido em 30 de setembro de 2023.

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Transf.	Saldo em
	31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	31/12/23		
Terrenos	15.593	-	-	-	-	-	15.593
Prédios	51.484	19	-	(3.285)	4.500	-	52.718
Maquinas e equipamentos	20.393	3.105	(47)	(2.400)	3.659	-	24.710
Moveis e utensílios	1.810	379	(16)	(201)	135	-	2.107
Computadores e periféricos	1.156	284	(23)	(226)	12	-	1.203
Veículos	154	100	-	(24)	-	-	230
Imobilizações em andamento	2.123	15.508	(4)	-	(8.306)	-	9.321
<b>Total</b>	<b>92.713</b>	<b>19.395</b>	<b>(90)</b>	<b>(6.136)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.882</b>

  

Grupo	Saldo em					Transf.	Saldo em
	31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	31/12/24		
Terrenos	15.593	-	-	-	-	-	15.593
Prédios	52.718	212	(3.827)	(2.560)	18.885	-	65.428
Maquinas e equipamentos	24.710	2.497	(181)	(2.724)	11.064	-	35.366
Moveis e utensílios	2.107	568	(76)	(249)	214	-	2.564
Computadores e periféricos	1.203	296	(101)	(268)	89	-	1.219
Veículos	230	-	-	(35)	-	-	195
Imobilizações em andamento	9.321	29.702	(682)	-	(30.252)	-	8.089
<b>Total</b>	<b>105.882</b>	<b>33.275</b>	<b>(4.867)</b>	<b>(5.836)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>128.454</b>



Compõe o montante de R\$ 4.867 registrado como baixas de imobilizado, o valor de R\$ 4.215 referente às perdas ocorridas no período das cheias, conforme registrado na nota explicativa nº 34.2 - Enchente. Em relação às adições, do montante total de R\$ 33.275, R\$ 17.027 refere-se aos investimentos realizados para recuperação das unidades atingidas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

## 11 - Direito de Uso

A Companhia possui oito contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, sendo seis deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. Destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro abaixo:

	Taxa	Vida útil	Saldo 31/12/23	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldo 31/12/24
Imóveis	16,51%	6	178	-	(89)	89
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	6.140	1.129	(1.648)	5.621
			<b>6.318</b>	<b>1.129</b>	<b>(1.737)</b>	<b>5.710</b>

## 12 - Intangível

A Companhia possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/12/24			31/12/23		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	778	(423)	355	448	(337)	111
Marcas e Patentes	-	223	-	223	188	-	188
<b>Total</b>		<b>1.001</b>	<b>(423)</b>	<b>578</b>	<b>636</b>	<b>(337)</b>	<b>299</b>

A movimentação do intangível apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/22	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	
Softwares	156	11	-	(56)	-	111
Marcas e Patentes	148	40	-	-	-	188
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>(56)</b>	<b>-</b>	<b>299</b>

  

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/23	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	
Softwares	111	331	(1)	(86)	-	355
Marcas e Patentes	188	35	-	-	-	223
<b>Total</b>	<b>299</b>	<b>366</b>	<b>(1)</b>	<b>(86)</b>	<b>-</b>	<b>578</b>



Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

### 13 - Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/24	31/12/23
Provisões de férias e 13º salário	9.909	10.114
Salários / Pró-labore a pagar	3.732	3.783
Rescisões a pagar	0	74
Outras obrigações a pagar	2.291	2.529
<b>Total</b>	<b>15.932</b>	<b>16.500</b>

### 14 - Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

	31/12/24	31/12/23
Arrendamentos a pagar - CP	2.672	2.374
( - ) Encargos a apropriar - CP	(945)	(1.031)
<b>Total - Passivo Circulante</b>	<b>1.727</b>	<b>1.343</b>
Arrendamentos a pagar - LP	6.492	7.506
( - ) Encargos a apropriar - LP	(1.174)	(1.819)
<b>Total - Passivo Não Circulante</b>	<b>5.318</b>	<b>5.687</b>

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a Pagar	( - ) Encargos a apropriar	Total
2025	2.672	(945)	1.727
2026	2.339	(682)	1.657
2027	2.339	(398)	1.941
2028	1.715	(86)	1.629
2029	99	(8)	91
<b>Total</b>	<b>9.164</b>	<b>(2.119)</b>	<b>7.045</b>

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>7.030</b>
( + ) Remensuração	-
( + ) Novos contratos	1.129
( - ) Contratos encerrados	-
( + ) Encargos	1.049
( - ) Contraprestação	(2.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<b>7.045</b>



## 15 - Obrigações tributárias

	31/12/24	31/12/23
INSS a recolher	293.068	281.477
FGTS a recolher	845	899
IRRF a recolher	502	869
IRPJ a recolher	110.746	106.680
CSLL a recolher	42.291	40.185
COFINS a recolher	51.780	49.983
PIS a recolher	11.039	10.617
Impostos Retidos	735	713
ICMS a recolher	1.133	1.130
Outros	4.933	4.718
<b>Total</b>	<b>517.072</b>	<b>497.271</b>

Abaixo demonstramos os valores de forma segregada, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e RFB - Receita Federal do Brasil:

	31/12/24			31/12/23		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.698	291.370	293.068	3.790	277.687	281.477
FGTS a recolher	845	-	845	876	-	876
IRRF a recolher	502	-	502	892	-	892
IRPJ a recolher	1.336	109.410	110.746	-	106.680	106.680
CSLL a recolher	494	41.797	42.291	-	40.185	40.185
COFINS a recolher	-	51.780	51.780	-	49.983	49.983
PIS a recolher	-	11.039	11.039	-	10.617	10.617
Impostos Retidos	38	697	735	46	667	713
ICMS a recolher	1	1.132	1.133	1	1.129	1.130
Outros	50	4.883	4.933	60	4.658	4.718
<b>Total</b>	<b>4.964</b>	<b>512.108</b>	<b>517.072</b>	<b>5.665</b>	<b>491.606</b>	<b>497.271</b>

Os valores relativos aos tributos apresentados na coluna “PGFN” estão acrescidos dos custos de juros, multas e encargos calculados pelo sistema de cobrança da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (sistema regularize). Vale destacar, que o programa de regularização tributária prevê benefícios que poderão resultar em alterações dos valores apurados e apresentados no quadro anterior, porém, até o momento não é possível dimensionar os efeitos de tais ajustes. O pedido de regularização permanece sob análise junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

## 16 - Parcelamentos



	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
PERT (a)	1.707	1.568
Lei 12.996/14 (b)	2.320	2.220
FGTS	707	683
ICMS	2	11
Ordinário	129	745
<b>Circulante</b>	<b><u>4.865</u></b>	<b><u>5.227</u></b>
PERT (a)	6.158	7.235
Lei 12.996/14 (b)	9.086	10.914
FGTS	3.007	3.587
ICMS	-	3
Ordinário	269	1.204
<b>Não Circulante</b>	<b><u>18.520</u></b>	<b><u>22.943</u></b>

#### (a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Débitos Previdenciários	8.934
Demais Débitos	47.614
<b>Total dos débitos incluídos no PERT</b>	<b><u>56.548</u></b> (i)
( - ) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
( - ) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
( - ) Pagamentos efetuados até dezembro de 2023	(18.491)
( + ) Atualização Selic até dezembro de 2023	3.809
<b>Saldo remanescente em 31/12/2023</b>	<b><u>8.803</u></b>
( + ) Atualização Selic de Jan-24 até Dez-24	570
( - ) Pagamentos efetuados de Jan-24 até Dez-24	(1.508)
<b>Saldo remanescente em 31/12/2024</b>	<b><u>7.865</u></b>
Circulante	1.707
Não circulante	6.158

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:



Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
<b>Total</b>		<b>56.548</b>

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes do previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
<b>Total</b>			<b>46.741</b>	<b>(9.349)</b>	<b>37.392</b>		<b>25.218</b>

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

**(b) Lei nº 12.996/2014**

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro a seguir o resumo da adesão ao parcelamento:



Lei nº 12.996/2014	
<b>Passivo tributário parcelado</b>	<b>76.297</b>
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
<b>Total líquido do passivo tributário aderido</b>	<b>27.900</b>
Amortização líquida até 31/12/24	(16.494)
<b>Saldo remanescente em 31/12/2024</b>	<b>11.406</b>
Circulante	2.320
Não circulante	9.086

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

## 17 - Impostos diferidos

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
IRPJ diferido	663	663
CSLL diferido	239	239
<b>Circulante</b>	<b>902</b>	<b>902</b>
IRPJ diferido	10.836	11.817
CSLL diferido	3.901	4.254
<b>Não circulante</b>	<b>14.737</b>	<b>16.071</b>

No quadro a seguir são demonstrados os itens que compõem o cálculo dos Impostos Diferidos em 31 de dezembro de 2024:



Item	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Custo atribuído de Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Custo atribuído de Obras Civas	33.592	8.398	3.023	11.421
Custo atribuído de Máquinas e Equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Custo atribuído de Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Custo atribuído de Veículos	191	48	17	65
Custo atribuído de Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Diferença temporal de Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferença temporal de Créditos Fiscais não Compensados	5.343	1.336	481	1.817
<b>Total</b>	<b>82.515</b>	<b>20.631</b>	<b>7.427</b>	<b>28.058</b>
Diferimento até 31/12/2024		(9.132)	(3.287)	(12.419)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>11.499</b>	<b>4.140</b>	<b>15.639</b>
	<b>Circulante</b>	<b>663</b>	<b>239</b>	<b>902</b>
	<b>Não Circulante</b>	<b>10.836</b>	<b>3.901</b>	<b>14.737</b>

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

#### 17.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	31/12/24	31/12/23
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>29.593</b>	<b>19.949</b>
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
<b>Despesa de tributos à alíquota nominal</b>	<b>10.062</b>	<b>6.783</b>
Contingências	(626)	(6.119)
Diferença de depreciação	693	(1.322)
Variação cambial	(1.541)	189
Ajustes de faturamento - CPC 47	296	(648)
Provisão de devedores duvidosos	-	219
Outros	(3.153)	220
<b>Despesa efetiva de IR e CSLL</b>	<b>5.731</b>	<b>(679)</b>
IRPJ e CSLL - Diferido	1.424	3.085
IRPJ e CSLL - Corrente	(5.606)	-
<b>Alíquota de imposto efetiva</b>	<b>19%</b>	<b>0%</b>

#### 18 - Outros Passivos

	31/12/24	31/12/23
Processos judiciais a pagar	647	3.212
Provisões de despesas	1.208	1.719
Seguros a pagar	36	43
Outras obrigações	2.288	-
Trava Cambial (a)	9.544	-
<b>Total</b>	<b>13.723</b>	<b>4.974</b>



a) O montante de R\$ 9.544 refere-se ao efeito negativo entre a taxa de câmbio contratual vinculada aos contratos de trava cambial, frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2023, período comparativo, o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de ativo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 - Outros ativos.

## 19 - Partes relacionadas

### a) Remuneração dos administradores

Os acionistas fixaram em até R\$ 4.500 mil a remuneração global anual dos administradores conforme assembleia geral ordinária realizada em 26 de abril de 2024. Durante o exercício de 2024 a diretoria executiva recebeu o montante de R\$ 1.632 referente a remuneração.

### b) Operações com partes relacionadas

<b>Ativo não circulante</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
Valepar S/A	8	25
Sulaves S/A	92	85
Minupar Participações S/A	11.548	10.426
Associação Atlética Minuano	-	-
<b>Total</b>	<b>11.648</b>	<b>10.536</b>

  

<b>Passivo não circulante</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
Minupar Participações S/A	5.260	5.260
<b>Total</b>	<b>5.260</b>	<b>5.260</b>

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

## 20 - Provisão para contingência

### a) Contingências Passivas

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:



Natureza	31/12/24			31/12/23		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	4.975	(3.340)	1.635	6.590	(4.610)	1.980
Cível	732	(704)	28	1.117	(604)	513
Tributária	342	-	342	183	-	183
<b>Total</b>	<b>6.049</b>	<b>(4.044)</b>	<b>2.005</b>	<b>7.890</b>	<b>(5.214)</b>	<b>2.676</b>

A movimentação das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
	31/12/2023			31/12/2024
Contingências Trabalhistas	6.591	3.035	(4.650)	4.976
Contingências Tributárias	183	608	(449)	342
Contingências Cíveis	1.116	288	(673)	731
<b>Total</b>	<b>7.890</b>	<b>3.931</b>	<b>(5.772)</b>	<b>6.049</b>

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2024, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 35.645 (R\$ 28.070 em 31 de dezembro de 2023), destes, R\$ 14.998 (R\$ 12.632 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza cível e R\$ 20.589 (R\$ 15.438 em 31 de dezembro de 2023) são relativos à natureza trabalhista.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

## 21 - Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 139.227 mil representado por 241.233.373 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e três) ações ordinárias.

### b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente da avaliação, com base no custo atribuído, de suas propriedades para investimento e de seu imobilizado.

Em virtude das cheias que atingiram o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, a Companhia realizou a baixa pela perda de ativos conforme demonstrado na nota explicativa nº 34.2 - Enchente. Parte dos ativos baixados foi reconhecida pelo custo atribuído no momento de sua adoção inicial, e a baixa destes ativos resultou no impacto de R\$ 1.318. Essa movimentação está em conformidade com as normas contábeis vigentes e foi devidamente reconhecida nas demonstrações financeiras do exercício de 2024, refletindo de maneira fidedigna a posição patrimonial da Companhia.

### c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.



#### **d) Subvenções governamentais**

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal benefício, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a Companhia não apurar saldo credor de ICMS.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.240, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada “Reserva de Incentivos Fiscais”.

#### **e) Dividendos**

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### **22 - Cobertura de seguros**

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A Companhia possui a cobertura de seguros para as unidades Granjas, Incubatório e sede administrativa, e considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em relação as unidades fabris, importante mencionar que as plantas estão localizadas às margens do rio Taquari, e após os eventos climáticos que atingiram suas estruturas, o custo para as novas apólices aumentaram de forma bastante significativa. Além disso, tais apólices não cobrem sinistros relacionados a enchentes e/ou ciclones.

Tais situações acabam por inviabilizar a contratação de novos seguros, porém, a Companhia informa que segue dedicando todos os esforços necessários na realização de adequações, e na busca por um custo razoável nas novas apólices.

### **23 - Instrumentos financeiros e derivativos**

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

**a) Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

**b) Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas



e nos custos. Para minimizarem estes riscos, a Companhia acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

**c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, não opera com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

A Companhia possui 46 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2024, totalizando o montante de US\$ 15.809. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 5,25 a R\$ 6,26, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343	6,1917	97.887	(9.544)
Recebíveis sem trava	3.211	6,1917	19.884	6,1917	19.884	-
<b>Total</b>	<b>19.021</b>		<b>108.227</b>		<b>117.771</b>	<b>(9.544)</b>

#### Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2024, a qual indica o montante de R\$ 117.771.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 6,00. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343
Recebíveis sem trava	3.211	6,0000	19.268
<b>Total</b>	<b>19.021</b>		<b>107.611</b>

**d) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:



	<u>31/12/24</u>	<u>Selic estimada</u> <u>15,00%</u>
INSS a recolher	293.068	337.028
FGTS a recolher	845	972
IRRF a recolher	502	577
IRPJ a recolher	110.746	127.358
CSLL a recolher	42.291	48.635
COFINS a recolher	51.780	59.547
PIS a recolher	11.039	12.695
Impostos Retidos	735	845
ICMS a recolher	1.133	1.303
Outros	4.933	5.673
<b>Total</b>	<b>517.072</b>	<b>594.633</b>

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2025, que foi de 15,00%.

## 24 - Receitas

As receitas da Companhia são oriundas de vendas efetuadas para o mercado interno e externo, distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
<b>Receita bruta de produtos e serviços</b>	<b>368.577</b>	<b>385.351</b>
Mercado Interno	260.475	284.402
Mercado Externo	108.102	100.949
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(13.689)</b>	<b>(17.285)</b>
(-) Mercado Interno	(13.666)	(17.268)
(-) Mercado Externo	(23)	(17)
<b>Receita líquida de produtos e serviços</b>	<b>354.888</b>	<b>368.066</b>
Mercado Interno	246.809	267.134
Mercado Externo	108.079	100.932

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

## 25 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.



	31/12/24	31/12/23
Salários	(74.433)	(78.182)
Encargos sociais	(19.477)	(19.589)
Benefícios a empregados	(17.036)	(15.297)
Férias e 13º salário	(17.965)	(16.197)
Matérias primas	(44.375)	(50.117)
Materiais de embalagem	(19.305)	(22.905)
Energia elétrica	(17.127)	(18.466)
Manutenção Industrial	(18.220)	(17.882)
Serviço de terceiros	(11.728)	(12.702)
Depreciações	(7.378)	(6.947)
Combustíveis e lubrificantes	(3.996)	(4.676)
Equipamento de proteção	(2.829)	(2.712)
Análises laboratoriais	(2.048)	(1.959)
Fretes s/ compras	(1.483)	(1.339)
Locações/Aluguéis	(1.438)	(1.644)
Taxas e encargos legais	(222)	(235)
Outros gastos	(2.062)	(2.061)
<b>Total</b>	<b>(261.122)</b>	<b>(272.910)</b>

## 26 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	31/12/24	31/12/23
Salários	(6.809)	(6.775)
Benefícios a empregados	(2.518)	(3.511)
Encargos sociais	(1.202)	(1.502)
Férias e 13º salário	(1.328)	(1.499)
Serviço de terceiros	(4.089)	(2.044)
Depreciações	(270)	(302)
Energia elétrica	(116)	(109)
Manutenção Predial	(321)	(193)
Taxas e encargos legais	(65)	(92)
Viagens e estadias	(94)	(89)
Outras despesas	(1.139)	(1.260)
<b>Total</b>	<b>(17.951)</b>	<b>(17.376)</b>

## 27 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.



	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Frete Marítimo	(5.442)	(10.737)
Frete Rodoviário	(4.854)	(2.922)
Custos aduaneiros	(2.958)	(2.993)
Comissões sobre vendas	(690)	(1.031)
Armazenagem	(395)	(146)
Salários	(864)	(719)
Férias e 13º salário	(203)	(159)
Serviço de terceiros	(64)	(139)
Publicidade e propaganda	(12)	(198)
Provisões para perdas	(95)	(760)
Encargos sociais	(194)	(153)
Depreciações	(11)	(4)
Outros gastos	(346)	(286)
<b>Total</b>	<b><u>(16.128)</u></b>	<b><u>(20.247)</u></b>

## 28 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Despesas de litígios fiscais (a)	(639)	(1.787)
Provisões/Reversões de Contingências	(4.605)	(3.018)
Provisão para perda (b)	(2.717)	(4.277)
Custo na alienação de ativos	(300)	-
Reversão de créditos tributários	(1.802)	(1.230)
Despesas fábricas inativas (c)	(1.103)	(3.523)
Despesas Gerais	(213)	(287)
Perdas da enchente (d)	(11.154)	(9.498)
<b>Total</b>	<b><u>(22.533)</u></b>	<b><u>(23.620)</u></b>

a) Em março de 2023 a Companhia realizou o registro de débitos tributários que constavam em discussão judicial junto a Receita Federal do Brasil, aderindo ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), ou “Litígio Zero”. Tal programa prevê a renegociação de dívidas por meio de transação tributária, e sua homologação ocorreu em outubro de 2024.

b) Compõe a rubrica “provisão para perda”, o montante de R\$ 2.935 referente ao reconhecimento de ajuste pela redução ao valor recuperável pertinentes a Granja São Rafael e a unidade de Jaraguá do Sul, conforme nota explicativa nº 9 - Propriedades para Investimento, além da reversão de outras provisões no montante de R\$ (218).

c) Compõem o montante de R\$ 1.103 registrados na rubrica “Despesas de fábricas inativas”, a depreciação de três unidades da Companhia, classificadas como propriedade para investimento.

d) O montante de R\$ 11.154 refere-se as perdas e gastos necessários para retomada das atividades nas unidades de Lajeado e Arroio do Meio, as quais foram severamente atingidas pelas cheias do Rio Taquari entre os meses de abril e maio de 2024. Os valores estão sendo detalhados na nota explicativa nº 34.2 - Enchente.

## 29 - Outras receitas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras receitas operacionais.



	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Créditos Fiscais (a)	7.128	5.131
Acordos Judiciais (b)	-	3.786
Venda de sucata e lenha	965	159
Venda de ativos	-	1.350
Receita de aluguel	922	842
Recuperação de despesas	930	1.219
<b>Total</b>	<b><u>9.945</u></b>	<b><u>12.487</u></b>

- a) Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 6.394 referente ao trabalho de recuperação de créditos de Pis e Cofins do período de 2018 a 2023. Deste montante, R\$ 2.531 já foi homologado pela Receita Federal do Brasil, e já utilizado para compensação de impostos correntes.
- b) O valor de R\$ 3.786 apresentado na rubrica de “Acordo judiciais” refere-se ao acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, explanado de forma detalhada neste formulário na nota explicativa nº 8 - Outros ativos.

### 30 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	(17.618)	(21.746)
Juros de operações com partes relacionadas	-	(130)
Variações cambiais passivas	(14.991)	(15.081)
Encargos legais	(4.295)	(3.230)
Juros de arrendamentos	(1.054)	(731)
Outras despesas financeiras	(997)	(837)
<b>Total</b>	<b><u>(38.955)</u></b>	<b><u>(41.755)</u></b>

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

### 31 - Receitas financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Variações cambiais ativas	19.010	14.200
Descontos financeiros obtidos	55	50
Outras receitas financeiras	559	709
Juros de créditos Fiscais (a)	1.825	345
<b>Total</b>	<b><u>21.449</u></b>	<b><u>15.304</u></b>

(a) Compõe a rubrica “juros de créditos fiscais”, o montante de R\$ 1.536 referente à atualização do crédito de INSS, utilizado no exercício de 2024 para compensação de impostos correntes.

### 32 - Informações por segmento



A Companhia atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia:

	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta	171.084	182.797	197.493	202.554	-	-	368.577	385.351
Impostos e devoluções	(11.443)	(14.823)	(2.246)	(2.462)	-	-	(13.689)	(17.285)
Receita líquida	159.641	167.974	195.247	200.092	-	-	354.888	368.066
Custos	(97.315)	(111.144)	(163.807)	(161.766)	-	-	(261.122)	(272.910)
Lucro bruto	62.326	56.830	31.440	38.326	-	-	93.766	95.156
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(17.951)	(17.376)	(17.951)	(17.376)
Desp. com Vendas	(16.128)	(20.247)	-	-	-	-	(16.128)	(20.247)
Outras Desp. Op.	-	-	-	-	(22.533)	(23.620)	(22.533)	(23.620)
Outras Rec. Op.	-	-	-	-	9.945	12.487	9.945	12.487
Resultado Intermediário	46.198	36.583	31.440	38.326	(30.539)	(28.509)	47.099	46.400
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(38.955)	(41.755)	(38.955)	(41.755)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	21.449	15.304	21.449	15.304
Resultado antes Tributos	46.198	36.583	31.440	38.326	(48.045)	(54.960)	29.593	19.949
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	1.424	3.085	1.424	3.085
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(5.606)	-	(5.606)	-
Resultado líquido	46.198	36.583	31.440	38.326	(52.227)	(51.875)	25.411	23.034

### 33 - Resultado por ação

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/24	31/12/23
Quantidade de ações	241.233	241.233
Lucro líquido do exercício	25.411	23.034
Resultado diluído por ação	0,10534	0,09548

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

### 34 - Outros Assuntos

#### 34.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO

Em assembleia geral ordinária realizada em 26 de abril de 2024 foi eleita a nova diretoria, com mandato de um ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Margareth Schacht Herrmann como Diretora, Tiago Silveira do Pinho como Diretor, Fernando Ataíde Silva Jorge como Diretor, e Tiago Fonseca Siqueira como Diretor.



Em 03 de junho de 2024 foi realizada assembleia geral extraordinária, por solicitação da Controladora Minupar Participações S.A., em que restou deliberada a destituição dos Diretores Tiago Silveira do Pinho e Fernando Ataíde Silva Jorge, reduzindo a composição da diretoria, a qual passou a ser composta exclusivamente pelos Diretores Margareth Schacht Herrmann e Tiago Fonseca Siqueira eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2024.

A Companhia reforça seu compromisso com o mercado em geral, destacando o agradecimento aos serviços prestados pelos senhores Tiago Pinho e Fernando Jorge durante o período em que se dedicaram à administração da Companhia.

### 34.2 - Perdas Enchente

Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2024 emitido pela CVM no dia 20 de junho de 2024, relatamos os impactos, estimativas, riscos e incertezas relacionados ao evento climático ocorrido no Rio Grande do Sul no final do mês de abril de 2024.

#### Impacto Operacional e Financeiro

Devido a destruição causada nas instalações da unidade de embutidos, a operação ficou interrompida por aproximadamente dois meses, período no qual foram realizadas adequações estruturais, remontagem e higienização de equipamentos. Neste período ocorreu uma queda significativa na receita, todavia, a partir de 28 de junho a produção foi reestabelecida, e até o final do exercício de 2024, a unidade Fábrica de Embutidos já atingiu sua capacidade máxima de produção.

As perdas e gastos apurados representam a quantia de R\$ 11.154 e estão demonstradas no quadro abaixo:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Perdas Imobilizado	4.215
Ociosidade Fopag	3.871
Conservação e Manutenção	1.887
Locação de Máquinas	1.181
	<u>11.154</u>

Os valores acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas Operacionais”, conforme indicado na nota explicativa nº 28.

#### Riscos e Incerteza

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da situação econômica, a Companhia buscou o alongamento de prazos junto a seus fornecedores e parceiros, bem como se utilizou de prorrogações de vencimentos tributários, concedidas pelos governos Estadual e Federal.

Em relação as orientações contidas no ofício-circular nº 1/2024 emitido pela CVM, informamos que não identificamos nenhum impacto relacionado a enchente que possa ter algum tipo de ajuste referente a valor justo, provisões e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receitas e provisão para perdas esperadas.



### 34.3 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece significativas mudanças no sistema tributário nacional. O modelo da reforma tributária está baseado num IVA - Imposto sobre Valor Agregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeias produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Com um longo período de transição que compreende os anos de 2026 a 2032, o ano de 2025 será ainda um período de adaptações e análises, já que novas leis complementares devem ser regulamentadas, bem como o desenvolvimento do sistema de cobrança da CBS e do IBS. Neste sentido, a Companhia vem monitorando o andamento do tema, e avaliando as necessidades de investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão conhecidos plenamente quando da finalização do processo de regulamentação de temas ainda pendentes, conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.